

## OCUPAÇÕES URBANAS DE BELO HORIZONTE: *ORATIO* E A “NA REAL”<sup>1</sup>

Tiago Castelo Branco Lourenço

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

tiago@coau.com.br

### RESUMO:

Este artigo discute as diferenças entre os movimentos e ativistas sociais envolvidos com as ocupações urbanas de Belo Horizonte e seus moradores. Diferenças que passam por trajetórias sociais distintas que se manifestam cotidianamente neste movimento social urbano. Estas diferenças geram conflitos e submissões que são aqui expostas para a avaliação das possibilidades de emancipação de todos os envolvidos neste evento político que tem ocorrido na cidade de Belo Horizonte e região nos últimos 10 anos. O artigo é fruto de pesquisas e experiências de ação direta nos territórios ocupados durante este período. As ocupações urbanas acompanhadas para produção das reflexões aqui apresentadas são Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowa, Vitória, Esperança, Rosa Leão, Zilah Spósito Helena Greco, Carolina Maria de Jesus e Vicentão.

Palavras-chave: Movimentos e Ativismos Sociais, Sem Casa, Autonomia.

GT – “6”: “Território e ativismos sociais urbanos”

---

<sup>1</sup> Este artigo é inspirado nas reflexões desenvolvidas na dissertação “Cidade Ocupada” e nas pesquisas em curso no meu doutoramento. A dissertação e as pesquisas de doutorado são orientadas pela professora Silke Kapp dentro do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

## 1 INTRODUÇÃO

Ocupações Urbanas, ela é um realidade ou um discurso?

No título deste artigo eu abuso da boa vontade do leitor ao escrever a palavra discurso em latim, *oratio*, lançando mão da língua dos cultos para provocá-lo acerca do assunto que irei tratar. Para falar realidade trouxe uma expressão recorrente entre os moradores das periferias brasileiras, “na real”, termo usado quando se quer dizer a verdade, uma postura sincera sobre algum assunto, o que não é somente discurso, mas que de fato a pessoa vive e acredita.

Em outras ocasiões eu definia ocupação urbana<sup>2</sup> como um evento político que tem ocorrido em Belo Horizonte<sup>3</sup> e na RMBH<sup>4</sup> que se dá com a apropriação de terrenos que não cumprem a função social, e são coordenados por movimentos e ativistas sociais em prol da conquista da moradia para aquelas pessoas que não conseguem adquirir sua moradia pelas vias institucionalizadas. Ainda penso que ocupação urbana é isto.

Nesta ocasião para entender o que era ocupação urbana eu estabelecia comparações com outros eventos urbanos que também visam o direito à moradia, mas que não considerava ocupação. Por exemplo, eu diferenciava ocupação urbana de favela, argumentando que a favela é um evento urbano também em prol da moradia que se dá espontaneamente sem a coordenação de movimentos e ativistas sociais. Neste momento tenho dúvidas se esta

---

<sup>2</sup> LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017, p.183-216.

<sup>3</sup> Em Belo Horizonte na RMBH, capital do estado de Minas Gerais, tem ocorridos nos últimos anos várias ocupações urbanas. Abaixo segue uma lista com algumas que registrei ao pesquisar sobre o tema:

Ocupação Vila da Fé (1991), Ocupação Corumbiara (1996), Ocupação Canto do Rio (1996), Ocupação Torres Gêmeas (1996), Ocupação Novo Lajedo (2002), Ocupação Caracol (2006), Ocupação João de Barro I (2007) Ocupação João de Barro II(2007), Ocupação João de Barro III (2007), Ocupação Irmã Dorothy (2007), Ocupação Corumbiara II (2007), Ocupação Camilo Torres(2008), Ocupação Dandara(2009), Ocupação Irmã Dorothy (2010), Ocupação Canaã (2011), Ocupação ZilahSpósito/Helena Greco (2011), Ocupação Vila Pomar do Cafezal (2012), Ocupação Novo Paraíso (2012), Ocupação Eliana Silva (2012), Ocupação Nova Cachoeira (2012),Ocupação Vila da Conquista (2012), Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá(2013), Ocupação Rosa Leão (2013), Ocupação Esperança (2013), Ocupação Vitória (2013), Ocupação William Rosa (2013), Ocupação Povo Brasileiro (2013), Ocupação Nelson Mandela (2014),Ocupação Professor Fábio Alves (2014), Ocupação Tomás Balduino (2014), Ocupação Primeiro de Maio (2014), Ocupação Dom Tomás Balduino (2014),Ocupação Shekinah (2014), Ocupação Vila Esperança do Calafate (2014), Ocupação Terra Nossa (2014), Ocupação Novo Horizonte (2016), Ocupação Paulo Freire (2015), Ocupação Novo São Lucas (2015), Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia (2015), Ocupação Maria Guerreira (2016), Ocupação Maria Vitória (2016), Ocupação Maria Bonita (2016), Ocupação Lampião (2016), Ocupação Candeeiro (2016), Ocupação Irmã Dulce (2016), Ocupação Temer Jamais (2017), Ocupação Carolina de Jesus (2017), Ocupação Vicentão (2018), Ocupação Fábio Alves (2018).

<sup>4</sup> A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é composta por 34 municípios, com uma população de 5.873.841 habitantes, sendo que a cidade pólo é Belo Horizonte com uma população de 2.523.794 habitantes, ela é a capital do estado de Minas Gerais. Os 34 municípios, são eles: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

comparação faz algum sentido.

O conceito de ocupação urbana é fundamentado no arcabouço jurídico brasileiro, nele é valorizado o direito coletivo e difuso, valorizasse a função social da propriedade, sobrepondo-se ao direito absoluto sobre a propriedade individual, que legitima deixá-la vazia sem cumprir sua função social caso o proprietário queira. O preceito de função social da propriedade está previsto na Constituição de 1988 no artigo 5º, inciso XVIII, ele foi posteriormente retomado e regulamentado por legislações como o Estatuto das Cidades de 2001 e pelo Código Civil de 2002.

Sendo assim, não faz sentido diferenciar ocupação urbana de favela, todas as duas estão fazendo valer o preceito da função social da propriedade. A favela é uma ocupação urbana, não considerá-la como tal, porque ela acontece espontaneamente, é considerar que a função social só ocorre quando tem o envolvimento de agentes que operam a partir dos elementos institucionalizados, no caso das ocupações urbanas os movimentos e ativistas sociais.

Colocar a favela numa condição diferente é continuar não incluindo uma grande camada da população brasileira, que produz suas casas sem nenhum acompanhamento dos agentes institucionalizados, como uma luta política que se dá a partir de outros fundamentos para conquista da moradia sem necessariamente participar ou entender o argumento abstrato da função social da propriedade.

Outro aspecto que se não problematizarmos este conceito de ocupação urbana pode passar despercebido é que dentro das ocupações urbanas coordenadas por movimentos e ativistas sociais a produção do espaço ainda se dá de forma espontânea, com pouca participação dos movimentos e ativistas sociais, que continuam ainda disputando politicamente a moradia nos meios institucionalizados e os moradores produzindo cotidianamente os territórios, sem necessariamente utilizar os preceitos das instituições para produzir estes lugares.

Este processo de produção do espaço que se dá nas ocupações urbanas de Belo Horizonte à revelia das vias institucionalizadas acontece a partir das práticas cotidianas dos moradores com outros valores e disposições. A percepção desta produção do espaço como resistência e parte da luta política das ocupações não acontece entre os moradores, e também não, entre os movimentos e ativistas sociais. Esta produção é vista como uma contingência, não é tratada por todos os envolvidos como uma oportunidade de formação política, seja dos moradores, seja dos movimentos e ativistas sociais.

A produção do espaço é um importante aspecto da realidade humana, são promovidas interações que contribuem na constituição da vida em sociedade, além da cumplicidade entre aqueles que participam deste processo. Na ocupação urbana a produção do espaço

ocorre transformando a realidade a partir da luta pela moradia.

Este estudo das ocupações urbanas de Belo Horizonte discute a produção destes lugares, identificando os valores e disposições dos seus moradores, como esta produção manifesta tradições invisibilizadas, mas essenciais na luta pela moradia na cidade.

## 2 O *ORATIO* DOS MOVIMENTOS E ATIVISTAS SOCIAIS NAS OCUPAÇÕES URBANAS DE BELO HORIZONTE E LIMITES EMANCIPATÓRIOS DAS CLASSES POPULARES

Indo contra a assertiva de que “quem tem expertise para poder falar de ocupação urbana, é quem não tem casa pra morar”, os movimentos sociais assumem a concepção de que os oprimidos precisam ser conduzidos no processo de sua própria emancipação (Kapp, Baltazar, 2012). Essa idéia de uma vanguarda que conduz o “povo” para a transformação social comparece em diferentes momentos da história, esteve presente na Revolução Francesa e na Revolução Russa, para citar dois importantes eventos históricos em que lideranças políticas se colocam como guias do ‘povo’, e ainda é presente em vários outros eventos como nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. A ideia de uma vanguarda revolucionária faz perder de vista a possibilidade de uma organização interna que não dependa de outra externa (Castoriadis, 1983).

Vanguardas’ tendem a esquecer suas ‘retaguardas’. Nas ocupações urbanas de Belo Horizonte movimentos e ativistas sociais priorizam a militância em fóruns externos, na perspectiva de que gerará efeitos mais abrangentes para as lutas políticas populares. Com isso, eles se mantêm distantes dos problemas cotidianos dos moradores e raramente percebem o quanto seus objetivos divergem dos anseios dessa população ou o quanto o compasso da militância diverge do tempo do cotidiano, com suas lentas mudanças.

A verdadeira luta política não está na inclusão desse morador, mas em disputas que estão além do cotidiano da ocupação, nas ações políticas que almejam a construção de outra sociedade a partir de uma pauta política que não é a dos moradores das ocupações urbanas, mas sim da luta política dos movimentos e ativistas sociais representantes de outro setor da sociedade.

O processo judicial que mobiliza os moradores das ocupações urbanas é um importante elemento da ação dos movimentos e ativistas sociais, o controle deste é importante para a mobilização da população local. É uma importante ferramenta, porém, contraditória em seus efeitos políticos no cotidiano das ocupações:

Um processo na justiça que a qualquer momento pode ser desfavorável a eles, então eles tinham que manter a mobilização, porque quando ganhavam lá se foi tudo por água abaixo, e eles não queria saber de mais nada. (Santos, 2013, entrevista)

A vanguarda muitas vezes fica cega e não percebe que ela não representa os moradores das ocupações, fica portadora de um projeto político esvaziado que não encontra rebatimento na realidade local, o projeto político é superado pelo cotidiano.

Será que o povo sabe o que é luta, será que o povo sabe o que é brigada popular<sup>5</sup>, talvez eles não esclareceram direito, na verdade, é que eles nunca se esclareceram direito, muita gente não sabe o que é brigadas populares, tem gente que chega e fala que é uma luta e nem sabe o que é, quando a gente fala comunidade eles não sabem o que é, até brinco com os advogados, que eles falam comunidade, aí eu falo essa é uma palavra muito grande, essa é uma palavra muito boa, você tem que saber o que é. (Lopes, 2014, entrevista)

Afinal, a luta cotidiana para os moradores das ocupações urbanas ocorre num tempo de longa duração, eles não começaram essa luta ali no evento da ocupação urbana, essa luta faz parte de um cotidiano de segregação social que envolve a vida dessas pessoas desde o nascimento.

### 3 “NA REAL” COM OS MORADORES DAS OCUPAÇÕES URBANAS DE BELO HORIZONTE E SUAS LUTAS PARA EMANCIPAÇÃO SOCIAL PELA MORADIA

Para entender os moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte é importante destacar que a moradia precária é uma experiência que atravessa gerações, num tempo de longa duração. Para Fernand Braudel, situações que atravessam gerações, estabilizando condições sociais e ditando a maneira como devem ocorrer, estão numa outra temporalidade, o tempo de longa duração.

[...]Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento.[...] (Braudel, 1978: 49-50)

---

<sup>5</sup> As Brigadas Populares se formaram em 2005 a partir de um grupo de estudos marxistas que ocorria em algumas universidades de Belo Horizonte, com destaque para a Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente a organização tem atuado em Minas Gerais, nas cidades de Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo, Divinópolis, Açucena, Formiga e São João Del Rey, sendo que no Brasil tem atuações nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal. As Brigadas atuam a partir de várias ações, dentre elas as Brigadas territoriais, que ocorrem dentro dos lugares na periferia onde a organização política mantém militantes que ajudam na organização do território para o atendimento das demandas locais. Atuam também através das brigadas especiais, que não se vinculam a um território, mas abrangem temas específicos como a Brigada Nossa América, que atua na comunicação e a Brigada Jurídica. A atuação também se dá através das Frentes de Trabalho, que agrupam militantes para o atendimento de demandas específicas são elas: Antiprisional, Comunicação e Cultura, Formação, Juventude e Reforma Urbana. A organização promove o Encontro de Comunidades de Resistência, este momento sempre reúne os militantes da organização, ativistas sociais parceiros e outras entidades. A instância máxima de decisão da organização e a Assembléia Brigadista onde são definidas as linhas gerais de atuação da organização, desde a definição de aliados, passando pela estratégias de luta e linha política (Brigadas Populares disponível em <http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html> acesso em 25/06/2014).

São vários os relatos que indicam que os moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte vivem em situações de precariedade há gerações. Jéssica Vidal, moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, nasceu em Belo Horizonte, mas sempre morou com seus parentes na Vila Pérola, favela vizinha a ocupação na cidade de Contagem, segundo a entrevistada: “Já vim da maternidade para a favela”. O entrevistada tem 24 anos, mas afirma que a Vila Pérola é uma favela antiga, seus avós foram os primeiros familiares que vieram morar no lugar, quando ele ainda estava começando, assim como outras pessoas que vieram da “roça” para trabalhar na “cidade grande”, os seus parentes vieram da área rural de São Gonçalo do Rio Abaixo. Ela conta como ocorreu o início da Vila conforme relato dos parentes:

Tinha gente que vinha da roça para trabalhar. Não tinham aonde ficar, onde eles viam que estavam povoando, chegando gente e morando, eles chegavam e iam também ocupando. (Vidal, 2014, entrevista)

Relatos como de Jéssica Vidal são reproduzidos também por outros moradores da mesma ocupação, este foi o caso de Maura Silva, ela morou na Vila Pérola desde os 4 anos de idade. Há 48 anos atrás ela se mudou para a vila com sua mãe, vindo da área rural da cidade de Resplendor, município do leste de Minas Gerais. Ela lembra a ocasião em que chegou do cercamento do terreno e da construção de uma casa de pau-a-pique no lugar, uma casa que ficou com o “pé direito” tão baixo que parecia a casa de um anão segundo a sua avó:

Nós fomos lá e cercamos um pedaço de terra. Meu avô também estava aí e ajudou a cercar, nós ajuntamos os meninos amassando o barro e os adultos enfiando as varinhas e pondo folha e jogando barro, para fazer a casa. Era um barracão com dois cômodos, que quando minha avó entrava, achava que a casa era de anão. Aumentamos ela umas três vezes, e ela ainda achava baixa. O teto era tão baixo, que tinha que andar encurvado, de tão baixinha que era a casa, pequenininha. (Silva, 2014, entrevista)

A moradora da Ocupação Dandara, Ana Silva Nascimento Bento, já havia participado de outra ocupação que ocorreu na região nos anos 80, Vila São Francisco, vizinha da Ocupação Dandara:

Eu morei na Vila São Francisco, ela foi invadida também, a mesma coisa. Não tinha água da Copasa<sup>6</sup>, não tinha nada. Nós pegávamos água na cabeça. Tinha uns que tinham cisterna, outros não. Era tudo na lona, a mesma coisa daqui da Dandara. (Bento, 2014, entrevista)

---

<sup>6</sup> Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais é uma empresa pública responsável pela prestação de serviços de saneamento na maior parte do Estado de Minas Gerais.

Outra moradora da Ocupação Dandara, Luciana da Cruz, relatou a sua trajetória pessoal, demonstrando uma história de vida marcada por moradias em situações precárias. Ela morou na escadaria da Igreja São José<sup>7</sup> no centro de Belo Horizonte, após esse período morou no acostamento da rodovia MG-20, estrada que liga Belo Horizonte a Santa Luzia. Antes de ir morar na Ocupação Dandara ela morava com a filha pequena no bairro Novo Aarão Reis<sup>8</sup>, o mesmo bairro onde passou parte de sua infância e adolescência, este também fruto de uma ocupação nos anos 80.

Eu morava no bairro Novo Aarão Reis, que também é fruto de uma ocupação. Quando eu fui morar neste lugar, eu tinha 4 anos. Antes a gente fez uma peregrinação, moramos na escadaria da Igreja São José, depois moramos no acostamento da BR MG-20, na estrada velha de Santa Luzia, para depois entrar no terreno que hoje é o bairro Novo Aarão Reis. Aí, eu morava na casa da minha mãe. Foi lá que eu tive minha primeira filha. Depois do nascimento dela eu fui morar no Novo Aarão Reis mesmo, mas só que na beira do Córrego do Onça. Eu comprei um barracão, porém, era um cômodo de 3x3 e um banheiro, como era tudo muito junto, eu não tinha como aumentar, não podia aumentar para cima, porque já tinha vizinhos. Os vizinhos de cima, já tinham feito a casa deles, e a altura do telhado da minha casa, dava no alicerce da casa do meu vizinho de cima. Então minha parede era colada com o alicerce do vizinho. Então não era uma casa legal para poder morar, fora que tinha a ameaça da chuva. Toda vez que chovia entrava água nas casas vizinhas, na minha, graças a Deus, nunca entrou, mas a gente ficava com aquele medo. Rato, tinha rato do tamanho de gato, às vezes, eu ficava acordada durante à noite, porque eu tinha medo que eles mordessem minha filha. (Cruz, 2014, entrevista)

A atuação do estado nas ocupações sempre ocorre através da polícia, Luciana da Cruz vivenciou isto quando pequena desde o período em que morou na escadaria da Igreja São José, depois no acostamento da rodovia MG-20 e na formação do Novo Aarão Reis, nestas situações a sua mãe sempre levava ela e seu irmão para o enfrentamento:

A minha mãe “tacava” a gente na frente mesmo. Ela era pequenininha, menor que eu, e mesmo assim ela ia para frente. Ela e nós já enfrentamos demais a polícia, quando a gente estava na beira da BR, que eles ameaçavam de tirar, a mesma coisa na Igreja São José, e no Novo Aarão Reis, a polícia sempre aparecia. (Cruz, 2014, entrevista)

<sup>7</sup> A Igreja São José é um templo religioso católico que fica no centro de Belo Horizonte na esquina da Rua Tamoios, Rua Espírito Santo e Avenida Afonso Pena, é um dos monumentos religiosos mais importantes da cidade de Belo Horizonte.

<sup>8</sup> O bairro Novo Aarão Reis se encontra na regional Nordeste de Belo Horizonte próximo a divisa do município com a cidade de Santa Luzia.

Nas ocupações de Belo Horizonte existe uma solidariedade em relação a outras pessoas que tentam este mesmo caminho para acessar uma moradia. Os moradores das ocupações mais consolidadas são sempre chamados a contribuir em novas ocupações que ocorrem na cidade. Sandro Cabral se sentiu assim, quando viu de sua casa na Ocupação Eliana Silva o início da Ocupação Nelson Mandela num terreno próximo:

Daqui de cima, eu vi descendo um tanto de gente. Viatura da guarda municipal e da polícia militar. Nós que moramos em uma ocupação sentimos a obrigação de descer e ajudar. Como a gente teve muito apoio de gente de fora, de gente que a gente nunca nem viu na vida, vieram, saíram de suas casas, para vir aqui nos ajudar. A gente dentro de uma ocupação sente essa obrigação, quando vê uma pessoa também nessa mesma situação, temos que ajudar. (Cabral, 2014, entrevista)

Outro perfil de morador que encontramos nas ocupações são aqueles que já tiveram acesso a indenizações por remoção de assentamentos precários na cidade. O valor financeiro obtido com a indenização na maioria dos casos não permite que essas pessoas comprem imóveis dentro dos meios institucionalizados, a ocupação urbana é uma alternativa que se apresenta como viável, conforme aponta Maria da Conceição Menezes, sobre a apreensão de uma moradora da Ocupação Dandara na ocasião em que a Urbel<sup>9</sup> ia realizar um cadastramento dos moradores:

A moradora me disse: “Sãozinha, o quê que eu vou fazer? Eu já sou indenizada da Urbel. Quando fui indenizada foi aqui que eu consegui achar alguma coisa, será que eles vão me mandar embora daqui?” Aí, como é que você fala? Que a pessoa está errada de estar ali? (Menezes, 2014, entrevista)

O morador da Ocupação Camilo Torres Lacerda dos Santos Amorim (2014, entrevista) salienta a falta de acesso à moradia para seus pares de classe, a sua família dentre outras foram beneficiadas no passado pela política habitacional da administração Sérgio Ferrara<sup>10</sup>, com o passar dos anos ele e outros filhos da região não conseguiram sua própria moradia, surgindo então a necessidade de se ocupar terrenos vazios na região para ter onde morar.

A propriedade é um aspecto muito importante no contexto das ocupações urbanas de Belo Horizonte. Ela é uma das importantes bases deste sistema capitalista, porém, já existia muito antes, Hannah Arendt chama a atenção para este fato, desde a antiguidade ter propriedade era uma garantia de ser classificado socialmente como um indivíduo que superou as condições primordiais de existência, permitindo ao sujeito ser livre:

<sup>9</sup> URBEL- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

<sup>10</sup> Sérgio Mário Ferrara foi prefeito de Belo Horizonte entre os anos de 1985 e 1989 pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)

[...] a vida pública somente era possível depois de atendidas as necessidades muito mais urgentes da própria existência. O meio de atendê-las era o labor e, portanto, a riqueza de uma pessoa era muitas vezes computada em termos do número de trabalhadores, isto é, de escravos, que ela possuía. Nesse contexto, a posse de propriedades significava dominar as próprias necessidades vitais e, portanto, ser potencialmente uma pessoa livre, livre para transcender a sua própria existência e ingressar no mundo comum a todos. (Arendt, 2000: 75)

Dentro da formação da sociedade brasileira o acesso a propriedade se confunde com a casa, ela é necessária para conferir ao sujeito essa condição de ser livre e transcender sua própria existência, Clóvis Cavalcanti salienta este fato resgatando Gilberto Freyre:

A realidade é que o complexo “casa”, como demonstra Gilberto Freyre, está na raiz do supercomplexo biossocial do homem brasileiro, para quem possuir aquele patrimônio imóvel, mesmo que seja um mocambinho, assume a índole de uma quase mística. (...) (Cavalcanti, 2008: 248)

Este significado da propriedade permite entender melhor as motivações de várias pessoas que se envolvem neste tipo de conflito, evidenciando que a “casa” é um aspecto que confere ao sujeito uma conquista que vai muito além da propriedade dentro dos moldes do capitalismo, Neste sentido, as expectativas dos moradores diferem essencialmente do projeto político dos movimentos e ativistas sociais.

Outra motivação que conduz muitos moradores a participar de uma ocupação urbana é a disposição em viver na contravenção, a ocupação é visto por muitos deles como um crime, e viver de contravenção é algo que faz parte do cotidiano desta população, já que dentro dos meios institucionalizados essa população é excluída, o ‘caminho da crime’ é um meio de satisfazer necessidades e desejos. O tráfico de drogas é um dos caminhos possíveis, ele esta presente no cotidiano dos moradores das ocupações, existem entre eles aqueles que em algum momento da vida já se envolveram com esta atividade, e outros que não se envolveram, mas toleram entendendo ser uma estratégia de sobrevivência e de inclusão nas inúmeras possibilidades de consumo oferecidos por essa sociedade.

Essa ética tolerante com a contravenção é compartilhada por boa parte dos moradores que moram nas ocupações. André Luiz Gomes Silva e Érica Coelho Espescht, são um casal de moradores da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, ele é anarquista e ativista social, ela é socióloga e militante das Brigadas, os dois tem um certo estranhamento em relação a essa ética da contravenção, eles citam situações dentro da ocupação que ainda não conseguem entender plenamente, já que são provenientes de famílias de classe média e moram na ocupação por não conseguirem também ter acesso a meios institucionais para adquirir a casa própria, André manifesta sobre essa postura dos moradores: “Ele não é

traficante, mas ele faz gato, ele compra uma coisa que o cara roubou um pouco mais barato, mas ele sabe que é roubado” e Érica completa: “É, compra mais barato, faz vista grossa. Ele nunca vai denunciar alguém, por mais que ele possa falar que sim.”

Um motivo muito destacado pelos moradores para morar em uma ocupação é o pagamento de aluguel, este é consome boa parte dos salários. Nos primeiros meses essa economia é investida na construção dentro do terreno, posteriormente passa a permitir o acesso a outros bens de consumo. Outro motivo muito destacado pelos moradores para trocar a moradia nas favelas pelas ocupações é a presença das ruas, ela pode indicar a possibilidade de uma vida mais próspera:

Porque a favela tem beco e ali tem rua. As ruas são menores um pouco, mas são ruas. E muita gente fala, se isso aqui virar beco, eu vou embora. Porque o pessoal quer sair dos becos. O pessoal hoje em dia quer ter condição de comprar um carro e colocar ele na porta de casa e, você morando na favela, não tem condição de fazer isso. Então, o pessoal está olhando mais o futuro, eu penso assim. Ao ter a rua, já é a porta para isso. (Anjos, 2014, entrevista)

Além do espaço para o carro, a rua significa para esses moradores o acesso ao atendimento de outras necessidade, como a saúde. Maura Silva, moradora da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, explica que sua mãe tem uma casa na Vila Pérola, porém, o local por ter seu sistema viário todo constituído por becos, gera um grande transtorno para ela quando precisa ir para o atendimento em hospitais através de ambulâncias, essas não conseguem chegar na casa, é necessário a ajuda de vizinhos para levá-la até o veículo. Desde o início da ocupação ela se mudou para a casa da Maura, agora não fica tão sacrificada quando é necessário acionar estes serviços de transporte hospitalar (Silva, 2014, entrevista).

Podemos verificar pelas motivações que conduzem essas pessoas a morar numa ocupação urbana, que elas estão integradas ao sistema em uma condição desprivilegiada (Souza, 2005: 59), e percebem na ocupação urbana uma maneira de buscar acessar esses privilégios que elas não têm quando moram “de favor”, em uma favela ou pagando aluguel. Essa grande motivação de acessar privilégios “necessários” que perpassa a todas as demais é o que leva a muitas das frustrações dos movimentos e ativistas sociais com este tipo de ação política, conforme expõe a arquiteta e ativista social, Júnia Maria Ferrari de Lima:

As ocupações no início, elas tem um poder de coletividade, estrondoso. Que a princípio eu achei que isso iria ficar sempre. Levei um susto. Foi um aprendizado. Falei, olha, não é não. A hora que o cara deu conta de levantar a casa dele, se ele puder põe muro e portão, e vira as costas. (Lima, 2014, entrevista)

A população que mora nas ocupações urbanas tem uma tendência a solucionar seus problemas cotidianos de modo imediato, sem a mediação do tempo de reflexão e planejamento. Jéssé Souza fala dessa baixa contenção de impulsos que ajuda a entender esse imediatismo encontrado entre os moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte:

[...] Um modo de vida rústico, marcado por uma baixa contenção dos impulsos, em que não só existe pouco poder de vigilância disciplinar sendo exercido por estâncias externas às pessoas, como a polícia, mas, e isso é o principal, em que a disciplina e o autocontrole não foram incorporados, não foram introjetados nas pessoas, passando a ser qualidades intrínsecas a elas. (Souza, 2011: 129)

Essa postura marcado por uma baixa contenção dos impulsos foi percebida por Érica Espeschit e seu companheiro André em um conflito ocorrido dentro da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá:

Os meninos dela [uma moradora também chamada Érica] são super calmos, são tímidos, não tem envolvimento com o tráfico e não resolvem as coisas pela violência, mas desde pequeno, tem uma naturalidade de verem certas coisas acontecendo, olhe o que ocorreu: o baiano (morador da ocupação) deu em cima deles, tipo para ficar com eles, a Érica (mãe) ficou “puta”, porque ele (baiano) estava fazendo uns roubos na comunidade, o pessoal dizia que ele estava fazendo uns roubos, um dia ele bebeu, a Érica discutiu com ele. A Érica foi falar que ele tinha roubado alguma coisa, ele disse: “Lógico que não!”; “Você fica dando de cima dos meus meninos”. Ele falou assim: “Você é uma piranha”. Uma briga assim e ela foi pegar um revólver para matar ele, os meninos ficaram putos, pegaram tijolos, e deram um “tijolada” na cabeça dele. Foi do nada, entendeu?. Do nada, de uma hora pra outra. Os meninos que são calmos, de repente pegaram tijolo, e deram na cabeça dele até ele ficar inconsciente. (Silva; Espeschit, 2014, entrevista)

Essa baixa contenção dos impulsos que se manifesta neste imediatismo para a resolução de problemas, evidenciada em situações limites como a vivenciada por Érica e André. Contudo, é uma característica também salientada por outros pesquisadores sociais, como Antônio Júlio Menezes Neto, ao lembrar que Frei Betto destacava que a classe média reivindica suas demandas através da política, enquanto para as camadas populares questões imediatas como água, luz, transporte são aquelas que os mobilizam (Menezes Neto, 2012: 48).

Esse imediatismo das camadas populares combinado com um pragmatismo nos seus procedimentos levam a ocorrer dentro das ocupações situações *a priori* contraditórias,

gerando conflitos entre os moradores como é o caso da existência de uma população “flutuante” que é tratada por alguns como oportunistas, situação também observada por Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Teixeira em ocupações urbanas no Rio de Janeiro e São Paulo:

[...] diferentemente de uma favela, uma ocupação de sem-teto, às vezes, apresenta um percentual de ‘população flutuante’, isto é, de pessoas que não necessariamente estão todos os dias na ocupação, especialmente quando esta ainda não está consolidada e há carências graves de infraestrutura (abastecimento de água e energia elétrica, por exemplo). Essa ‘população flutuante’ é, não raro, motivo de atritos no interior das próprias ocupações [...] Contudo, nem sempre se trata de ‘oportunismo’, mas sim de dificuldades de várias ordens [...] (Souza; Teixeira, 2009: 62-63)

Maura Silva entende que os lotes vazios que ainda existem na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá são uma especulação imobiliária promovida por alguns ocupantes, este fato pode até ser verdadeiro, porém a solução proposta por ela não é verificar com estas pessoas porque ainda não moram no lugar, mas sim chamar membros das gangues da região, que exercem o papel de polícia para ela, para que eles possam remanejar os lotes que não foram ocupados e passá-los para pessoas que estão na fila de espera:

Eles todos nasceram com a gente, fomos criados juntos. Então todo mundo conhece. Então vem um e reclama. Vem o outro e reclama. Aí, eles acham que esse negócio não pode ficar assim. Quem não precisa do lote para morar, não precisa do lote. Estão fazendo a mesma coisa que o homem fez. É especulação também. Está esperando valorizar mais para poder vender. Aí, eles não querem isso. Porque tem muita gente que está na lista de espera e que fica reclamando que está pagando aluguel. (Silva, 2014, entrevista)

Esse pragmatismo que busca soluções tangíveis se manifesta também na questão da rua numa ocupação para diferenciar dos becos na favela. A rua é mantida por motivos já relatados, porém, a sua manutenção é garantida pela clareza do limite do lote e a via pública, situação que para o morador Orlando não ocorre nas ocupações espontâneas como são as favelas:

E por que quando você vai para um lugar organizado igual esta aqui (Ocupação Dandara) você tem um limite, tem organização, tem que cumprir o que esta ali, por que nós temos planejamento, e quando eles ocupam espontaneamente eles não estão nem ai, não querem nem saber se aqui vai passar rua ou não vai passar mais ninguém. (Lopes, 2014, entrevista)

Essa situação de reconhecer o limite físico do lote é também evidenciada na fala de

Maura Silva quando descreve a tentativa de ocupação do terreno da Emanuel Guarani Kaiowá, antes do envolvimento das Brigadas, ela demarcou um terreno no limite deste com uma das ruas que passava em seu entorno:

Cada um ia queria pegar um “pedação”. Eu por exemplo, peguei do lado da rua, porque eu queria morar na rua por causa da minha mãe. Nunca eu iria imaginar, que poderia fazer uma rua aqui dentro. Porque lá (Vila Pérola), também era grande e virou tudo bequinho. Imaginei que iria virar tudo bequinho, por isso eu peguei o meu lá na rua. Eu não iria imaginar que aqui dentro iria poder por uma rua. A gente não tinha nem imaginação. (Silva, 2014, entrevista)

Ainda sobre apropriação dos terrenos ocupados pelos moradores, a questão das áreas verdes que estão presentes nos planos urbanos, são percebidas como importantes somente dentro da perspectiva imediata do acesso a moradia. As áreas verdes são preservadas nos primeiros momentos porque existe um entendimento entre eles que ao preservá-la a ação terá uma visibilidade política positiva perante o restante da cidade. Com a consolidação das ocupações é observado a construção de moradias dentro dessas áreas. Esta demarcação de terreno é promovida pelos próprios moradores e não conta com o apoio dos movimentos e ativistas sociais.

Este princípio de escolha sempre pelo necessário, pelo funcional geralmente característico das camadas populares (Bourdieu, 2008: 335) causa estranhamento para nós, movimentos e ativistas sociais, que geralmente somos provenientes da pequena burguesia, e não tivemos durante nossa vida de nos preocupar com essas questões práticas do cotidiano, já que elas sempre já estavam dadas. Este é o caso do comprovante de endereço, isto nunca foi um problema para mim e meus pares de classe, nunca pensei na relevância desta questão até o dia que lancei a numeração das casas de uma rua da Ocupação Dandara, a emoção de cada morador ao saber o número de sua casa foi algo estranho para mim, julguei no momento como uma reação exagerada. O morador da Ocupação Eliana Silva, Sandro Cabral, explica a importância do comprovante de endereço no cotidiano das pessoas:

Se a CEMIG viesse ligar a luz aqui, a gente teria endereço fixo. Não precisava ficar pegando endereço emprestado dos outros. Por exemplo, a escola ali, vizinha da ocupação, não queria aceitar as crianças daqui para estudar com o nosso endereço. Insistimos que seria com o endereço da Eliana Silva, no posto de Saúde está o endereço daqui e com a escola, não seria diferente. Sou morador da Eliana Silva. Não sou morador da Vila Santa Rita para buscar o comprovante de endereço da Vila Santa Rita, sou morador da Eliana Silva. Porque hoje tudo que você vai fazer, pedem o comprovante de endereço. Se você arruma um emprego tem que ter. Se vai comprar no crediário, carnê, tem que ter, então em tudo você tem que

ter o comprovante de residência. (Cabral, 2014, entrevista)

Outra dimensão importante a ser observada entre os moradores das ocupações é a religiosidade. É predominante dentro destes lugares a presença das religiões “evangélicas”. Nestas religiões observamos práticas que também se vinculam ao imediatismo que caracterizam os comportamentos sociais dos moradores, a “salvação” que para os cristãos católicos virá após a morte, para uma boa parte dos moradores ela precisa de manifestações cotidianas, assumindo um caráter de magia, e promovendo transformações no presente (Souza, 2010: 269-308).

O militante do movimento “Lutas Populares”, Lacerda dos Santos Amorim, relata uma ocasião de violência dentro da Ocupação William Rosa, neste momento alguns pastores de igrejas pentecostais da região procuraram o movimento social para promover uma ação religiosa no terreno que visava expulsar os seus demônios, em prol de uma boa relação com todos o movimento permitiu a campanha:

De vez em quando eles fazem umas campanhas aqui dentro e a gente aceita, até mesmo porque não queremos ter enfrentamento, e inclusive para pacificar a ocupação naquele período que teve violência, segundo eles tiraram um tanto de demônio, e eu disse: “Beleza, então tira.” E em alguns momentos a gente até acaba intervindo, mas é uma relação boa porque a gente sabe lidar com o pessoal. (Amorim, 2014, entrevista)

O morador da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowa Misael Rubens Moreira é pastor de uma dessas igrejas evangélicas, e afirma que o sucesso até agora da ocupação se deve ao grupo de oração que mora no lugar e tem uma “reza muito forte” e promove seções de oração nos Sábados (Moreira, 2014, entrevista).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A submissão é uma prática recorrente entre as camadas populares. Essa obediência “voluntária” é encontrada em várias situações no Brasil, remonta a outros momentos históricos, por exemplo, desde a América Portuguesa a escravidão é uma situação violenta de submissão de um ser humano em relação a outro, porém, essa violência é abrandada com relações de dominação marcadas pela persuasão, ao invés de imposições violentas, este fato foi um dos importantes argumentos desenvolvidos por Gilberto Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala” (1933).

Entender essa submissão somente dentro da perspectiva que ela reafirma a lógica de dominação não me parece ser suficiente para compreendê-la. Aquele que se submete busca também acessar privilégios para sua sobrevivência.

Considero essa uma contradição importante de ser ressaltada para entender como se dá

muitas vezes a relação dos moradores e os movimentos e ativistas sociais. A submissão como resistência é uma condição também encontrada nesta relação. Para os moradores, movimentos e ativistas sociais lhes permite aproximar dos meios institucionalizados, sendo vistos como os “intocáveis”, conforme definição da moradora da Ocupação Dandara, Luciana da Cruz:

Existem os “intocáveis”. Tem coisas que o morador acha que é impossível, tipo, chegar perto do Joviano para conversar, ele é o ADVOGADO. Conversar com você, o ARQUITETO, entendeu? Tem muitas coisas estranhas que acontecem, por exemplo, Sr. Orlando (morador e coordenador da Ocupação Dandara), eu disse a ele que estava subindo para falar com o Tiago sobre o negócio do Centro Comunitário. Não deu 10 minutos e ele estava lá. (Cruz, 2014, entrevista)

Essa condição de “intocáveis” que Luciana da Cruz aponta é um indício de uma relação de imposição cultural, condição que contradiz os objetivos primordiais de uma ocupação urbana, que é construir meios para que os moradores possam sair de sua condição de subalterno e participar das decisões desta sociedade. Jonh Turner já indicava os riscos desta relação “[...] a transferência inconsciente dos valores da classe média para os projetos e objetivos feitos para as classes mais baixas [...]” (Turner, 1968: 25). Não quero com isto romantizar as moradias que ocorrem dentro de uma condição de precariedade, mas é importante compreender os moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte dentro de suas práticas cotidianas, não se esquecendo que viver nas ocupações é também uma resistência as instituições (Lopes de Souza, 2008: 190). Sendo assim, passar por “intocável” significa também reafirmar princípios que se pretende desmontar com a ocupação urbana.

O poder dos movimentos e ativistas sociais é algo importante entre os moradores das ocupações tendo um grande peso nas escolhas da população local, observar este fato é importante para que essas decisões possam ser de fato entendidas como horizontais e não impostas por alguns dos “intocáveis”. A escolha do lugar para creche dentro da Ocupação Dandara feita pelos moradores em uma assembléia foi um momento que mostrou essa força, um dos ativistas sugeriu a creche ser feita no entorno da Igreja Dandara, a sua indicação já é vista como a ideal, mesmo que existam discordâncias, essas terão muito mais trabalho para se impor:

O Frei Gilvander, ele é o máximo, mas o que ele indicava aqui, não é nem o que ele falava não, é o que ele indicava que seria bom, era bom! Tipo a questão da creche. Nós moradores que moramos aqui nesse espaço, a gente não queria a creche ali. Eu especialmente, porque me disseram quando eu vim pra cá que, ali seria uma pracinha e tal. Eu fiz a minha casa acreditando que ali seria uma pracinha, a minha vizinha a mesma coisa. Aí tinha gente que queria pegar um

pedaço da área e tal, aquela coisa toda. E todos que estavam aqui, tinham um motivo para não querer a creche aqui. Aí o Frei Gilvander disse assim em uma assembléia: “Olha gente! Lá as crianças serão abençoadas porque estão próximas à igreja.” Eu falei! “Pqp! As crianças serão abençoadas em qualquer lugar, caramba!” (Cruz, 2014, entrevista)

A áurea de “intocável” é construída desde o início da ocupação, Jéssica Vidal fala que no momento de ocupar o terreno os moradores não devem conversar com a polícia: “Ninguém sabe conversar e deve deixar os advogados conversarem” (Vidal, 2014, entrevista). Essa é também a postura de Maura Silva, ela considera que a presença desses “intocáveis” é que garante o lugar não se tornar uma invasão, “sendo feita de qualquer jeito”, e sim uma ocupação:

Além de terem os advogados ajudando, temos pessoas como a Érica (socióloga), que já era mais instruída. A Érica chegava e conversava muito bem com eles. O Joviano (advogado) também, começou a discutir com o policial, mas ele conversa bem melhor do que nós. Então, eu acho que é muito diferente a invasão, da ocupação. Bem diferente. (Silva, 2014, entrevista)

Os arquitetos assim como os advogados assumem este mesmo papel perante os moradores, Gregório Andrade fala como é visto os arquitetos:

De início há uma desconfiança e um incômodo. Porque um arquiteto vem para delimitar o espaço. Dizer onde que são as glebas! Aqui te pertence, nem um centímetro mais, nem um centímetro a menos, tem que manter área verde, tem que manter um recuo, ele vem como a lei! Não uma lei judicial... (Andrade, 2014, entrevista)

A percepção do geógrafo Leonardo Debossan acerca do papel do arquiteto dentro da ocupação é também uma evidência da construção dessa condição de “intocável”:

Quem vai dar a casa ali é o arquiteto, então o cara tem um prestígio na ocupação, ele é mais que médico, é um estrato social muito forte na ocupação. Na Eliana Silva eu vi isso lá e no dia que os arquitetos chegaram, a assembléia lotava. (Debossan, 2014, entrevista)

Essa condição de “intocável” causa uma “cegueira” entre os movimentos e ativistas sociais levando a situações de incompreensão de dinâmicas internas dos moradores que passam despercebidas por esses sujeitos, causando frustrações como a expressa por Lacerda Amorim na ocasião de um conflito com traficantes que atuavam na região das Ocupações Camilo Torres e Irma Dorothy, os moradores acabaram assumindo uma posição de neutralidade que deixou os movimentos e ativistas sociais enfraquecidos e solitários no momento:

Porque nós achamos que a participação da comunidade poderia ser mais determinante que um ataque desses, e a comunidade ficou bem neutra, então a gente achou que estávamos sozinhos. (Amorim, 2014, entrevista)

Essa frustração manifestada por Lacerda é um recado, demonstrado que os “intocáveis” são infalíveis, e existem dinâmicas sociais nestes territórios da periferia, em que se enquadram também as ocupações urbanas, que ainda não foram compreendidas.

Essa condição de autoridade (intocáveis) que nossa atuação, nosso discurso (*oratio*) assume, nos coloca distantes de aspectos da resistência cotidiana dos moradores, acabamos por tornar invisibilizada aspectos desta luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte, aspectos estes que acabam de fato produzindo os espaços dentro dos territórios ocupados.

Neste momento que assistimos há um desmonte de instituições que foram importantes para a atuação nossa como “intocáveis” no contexto das ocupações urbanas de Belo Horizonte, a atenção para os aspectos desta resistência cotidiana dos moradores pode apontar saídas para a construção de outras instituições que garantam a colaboração dos diferentes e o respeito ao exercício da autonomia.

## 5 REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p.41-78.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou Barbárie: O conteúdo do socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- CAVALCANTI, Clóvis. ‘Escolhas autocráticas e vida de horrores: o caso da política habitacional’. In: FALCÃO, Joaquim. **Invasões Urbanas: Conflitos de Direito de Propriedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 247–262.
- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula, ‘The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy’. **Bulletin of Latin American Research**, 2012, Journal of the Society for Latin American Studies, Malden: Blackwell.
- LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017, p.183-216.
- MENEZES NETO, A. J. **A ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SOUZA, J. A Ralé Brasileira: **Quem é e como vive**. 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: a nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOUZA, M. L. **O desenvolvimento metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas**



**metrópoles brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, M. L.; TEIXEIRA, E. T. Fincando bandeiras, ressignificando os espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos**, v. 6, n. 9, p. 29-66, jan./jun. 2009.

TURNER, J. Barreiros e canais para o desenvolvimento habitacional nos países em vias de desenvolvimento. **Revista Arquitetura IAB**, n. 68, p. 20-26, 1968 b.

### **Entrevistas**

AMORIM, Lacerda dos Santos. **Entrevista Lacerda dos Santos Amorim**. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

ANDRADE, G. **Entrevista Gregório Andrade**. 13 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

ANJOS, Junio César dos. **Entrevista com o morador das Ocupações Dandara e Emanuel Guarani Kaiowá e militante das Brigadas Populares Junio César dos Anjos**. 16 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

BENTO, Ana Silva Nascimento. **Entrevista com a moradora Ana Silva Nascimento Bento**. 19 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

CABRAL, Sandro Alberto. **Entrevista Sandro Alberto Cabral**. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

CRUZ, Luciana da. **Entrevista Luciana da Cruz**. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

DEBOSSAN, L. **Entrevista com o geógrafo Leonardo Debossan**. 24 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LIMA, J. M. F. **Entrevista com a arquiteta e urbanista Junia Maria Ferrari de Lima**. 06 mar. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

LOPES, Orlando Soares. **Entrevista Orlando Soares Lopes**. 03 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MENEZES, Maria da Conceição Amaral Renan de. **Entrevista com a educadora social nas Ocupações Urbanas de Belo Horizonte e RMBH Maria da Conceição Amaral Renan de Menezes (Sãozinha)**. 25 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

MOREIRA, M. R. **Entrevista Pastor Misael Rubens Moreira**. 06 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Entrevista Advogado Fábio Alves dos Santos**. 01 mar. 2013. Entrevista concedida a Denise Morado Nascimento, Eduardo Bittencourt e Tiago Castelo Branco Lourenço.

SILVA, André Luiz Gomes e; ESPESCHIT, Érica Coelho. **Entrevista com André Luiz Gomes e Silva e Érica Coelho Espechit**. 26 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

SILVA, Maura da. **Entrevista com a moradoras Maura da Silva**. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.

VIDAL, Jéssica Natasha da Cruz. **Entrevista com a moradora Jéssica Natasha da Cruz Vidal**. 14 jan. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.